

AGROECOLOGIA: PRÁTICAS COLETIVAS NUMA COOPERATIVA DE REFORMA AGRÁRIA

CHIESA, Aline Gonçalves¹; OLIVEIRA, Laís de Freitas²
JAQUES, Cristine Ribeiro³.

1 Graduanda do Curso de Serviço Social – Universidade Católica de Pelotas – UCPel. –

Bolsista BIC – E-mail: chies.a.goncalves@hotmail.com

2 Graduanda do Curso de Serviço Social – Universidade Católica de Pelotas – UCPel –

Bolsista FAPERGS – E-mail: lais_msp@hotmail.com

3 Doutora em Serviço Social – Universidade Católica de Pelotas – UCPel –

Orientadora da Pesquisa – E-mail: cjr2008@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de publicizar o modo de vida e as relações que são transversalizadas dentro das práticas coletivas frente e as vivências no assentamento Conquista da Liberdade, mais especificamente junto as 17 famílias vinculadas à Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre (COOPAVA), localizado na zona rural do município de Piratini. Assim, a presente pesquisa propõe uma exposição cartográfica que está sendo desenhada no projeto: Agroecologia - práticas coletivas num assentamento de reforma agrária. A pesquisa tem como objetivo relacionar as seis dimensões da sustentabilidade que são: econômica, social, cultural, ética, política, cultural e ecológica, para poder conhecer como se relacionam esses agricultores que vinculados ao Movimento dos Sem Terras (MST), trabalham com os ideários desse movimento social, onde se compreende a terra como sendo um direito de todos, tentando romper com a lógica de exploração através da cultura da monocultura.

Assim, o trabalho pretende instigar a importância da produção diversificada onde é possível identificar no lema utilizado pelo MST: *“Terra para quem nela trabalha!”*, tal proposta reproduzida pelo grupo de famílias participantes da pesquisa. Portanto, a sustentabilidade manifestada pelo grupo de famílias entrevistadas se fundamenta na lógica de sustentar-se a partir de sua própria produção, comprando o mínimo de insumos externos. As famílias vinculadas à COOPAVA organizaram a produção no princípio agroecológico, pois assim tentam contrapor os modelos instituídos após a revolução verde, que instituíram o agronegócio, por exemplo, pois este modelo constrói o discurso da redução de mão de obra, da inovação tecnológica no campo, do uso de “produtos químicos”, etc.

Dentro da proposta de produção agroecológica, se tenta reinventar os modos tradicionais de cuidar da natureza, respeitando o tempo de cada espécie agricultável. O cuidado que é visto na agroecologia, pode ser relacionado ao conceito que diz:

O ser humano é um ser de participação, um ator social, um sujeito histórico pessoal e coletivo de construção de relações sociais o mais igualitárias, justas, livres e fraternas possíveis dentro de determinadas condições histórico-sociais (BOFF, 1999, p. 35).

Sendo assim, o grupo de famílias reafirmam a lógica do cuidado a partir das contribuições descritas acima por Boff, onde há solidariedade, divisão de sobras e

não a visão de lucro, produção em coletivo, distribuição das funções, onde cada um colabora num processo de autogestão.

Esse tema ainda é pouco discutido nos meio da formação em Serviço Social, mesmo com o compromisso ético explícito com os movimentos sociais. Portanto, essa pesquisa vem problematizar tal discussão, pois essa está diretamente ligada as manifestações da questão social evidenciando-se no tema da fome. Pois quando compreendemos que agroecologia é produção de alimento com qualidade, podemos vincular esse termo ao alimento como um direito humano garantido pela Constituição e, ainda à soberania alimentar, que segundo STÉDILE é um direito que todos os povos têm de produzir seus próprios alimentos:

[...] de produzir seus próprios alimentos, de forma independente, saudáveis, com qualidade para atender a toda sociedade. Os alimentos não são uma mercadoria e sua produção e distribuição não devem se submeter às regras do mercado capitalista (2007, p. 02).

Tanto o conceito de segurança alimentar nutricional, como o de soberania onde os povos produzem para viver, é o pressuposto dos movimentos camponeses. É necessário por tanto, abrir esses horizontes para que se possa então, acolher de forma mais ampla, as diversidades culturais, respeitando e construindo novas ecologias de saberes nos modos de produção, de tradição, sentidos e significados, que cada um atribui às implicações com a terra e com o todo, para construir um saber instituinte.

2. METODOLOGIA

A proposta cartográfica orienta o procedimento metodológico desta pesquisa que trabalha com a narrativa utilizando a análise de discurso como proposta de análise dos dados bem como o registro das atividades em diferentes momentos vividos pelas famílias. Para tanto, afirma-se ser esta proposta qualitativa com o objetivo de considerar as manifestações cotidianas. Visto a implicação, sensibilidade e capacidade de análise do subjetivo da cartografia, essa está sendo a metodologia utilizada na realização da pesquisa. Segundo Barros e Kastrup cartografar é:

[...] está no mesmo plano intensivo. Como cartógrafos, nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos. O território vai sendo explorado por olhares, escutas, pela sensibilidade aos odores, gostos e ritmos. (BARROS E KASTRUP, 2009, p. 61).

Para guiar a produção foi utilizado um roteiro com onze questões abertas aplicado nos encontros/entrevistas marcados com as famílias, em seus espaços de moradia e ainda o convívio com o coletivo, através do acompanhamento das famílias nos eventos com proposta agroecológica. Será feito o acompanhamento dos encontros de formação e de dias de campo criados pelos assentados junto ao MST e entidades que assessoram a produção ecológica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos que a possibilidade da construção de uma teia transversal de saber só é possível pela implicação e não dualidade que temos nos diferentes espaços de vivências com os agricultores, pois a prática não se difere da teoria, para *“A teoria é a consciência cartográfica do caminho que vai sendo percorrido pelas lutas políticas, sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas.”* (SANTOS 2005, p. 37). Assim essa discussão está além de ver o sujeito da pesquisa como simples participante, mas conhecer os modos de vida para poder construir alianças e desmistificar os preconceitos dos “experts”. Como resultado dessa pesquisa já obtemos a finalização das entrevistas no assentamento, participação em diferentes eventos com a temática da difusão do modelo agroecológico em apresentações de trabalhos de iniciação científica, eventos nacionais e internacionais.

Assim, ao retomar para o objetivo geral que é: Analisar as seis dimensões da agroecologia que são ecológica, social, cultural, econômica, política e ética, como campo do conhecimento científico, podemos notar que a realização da pesquisa de campo juntamente com a busca de referenciais teóricos que embasem tais saberes permite negar a afirmativa que dissocia a prática da teoria.

Desse modo estamos construindo nossas próprias bagagens teóricas através das relações de alianças e aprendizado de valores soberanos que as famílias de agricultores constroem como a natureza, e ainda um novo modo de relacionar-se com o sistema capitalista que é excludente e não abarca todos aqueles que necessitam de trabalho. Ao fim dessa primeira etapa estamos nos programando para acompanhar o processo de práticas coletivas, que compreende desde espaços de discussão e formação até a entrega desses produtos para as Políticas Públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que tem incentivos maiores para os produtos agroecológicos.

4. CONCLUSÃO

Com a aproximação do processo de trabalho desses agricultores/camponeses que se ligam num processo de cooperativa, vemos que essas famílias se relacionam diretamente com os conceitos de transversalidade e atravessamento que para Barembliitt pode ser definido como:

[...] a interpenetração ao nível da função, do conservador, do reprodutivo, chama-se atravessamento. Essa interpenetração ao nível do instituinte, do produtivo, do revolucionário, do criativo chama-se transversalidade. (BAREMBLITT, 2002, p. 33).

Segundo SANTOS (2005), a teoria crítica é aquela que não reduz a realidade ao que existe logo fazer essas análises compreender o entendimento popular e sua aproximação e/ou superação dos conceitos trabalhados pelos teóricos, experts permite uma nova visão de mundo mais ampla. Construindo desse modo uma ecologia dos saberes, um diálogo do saber científico com o saber popular e laico, onde o serviço social percebe nessas relações que se consolidam de forma tão humanitária e solidária onde o homem não pretende servir de maneira alienada ao capitalismo, uma alternativa, um modo de atravessar e romper com as correntes

que o sistema nos põe. Assim, que esse grupo por meio de valores cooperativos e de economia solidaria vem a ressaltar os benefícios de valorizar os coletivos, suas lutas e formas de criar alternativas a esse sistema produtivo.

5. REFERÊNCIAS

Livro

BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

BOFF, Leonardo. **Saber cuida: Ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2005.

Capítulo de livro

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Laura Pozzana de. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Líliliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Pista 3, p.52 – p. 76.

Artigo

STÉDILE, João Pedro. Propostas para um Outro Mundo Possível. **Agenda Latino-americana Mundial 2007**. Disponível no endereço eletrônico: <<http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/StedileAmplio.htm>>